



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010313-83.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **CARLOS GIBIN**
 Requerido: **Concessionária Rota das Bandeiras S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor almeja à reparação de danos que sofreu em decorrência de acidente com caminhão de sua propriedade.

A pretensão deduzida não pode prosperar, tendo em vista que a versão do autor não contou com o respaldo de um indício sequer.

Extraí-se de fl. 01 ele dirigia um caminhão pela Rodovia Zeferino Vaz, quando em virtude de um defeito em uma válvula de ar distribuidora (por falta de ar o sistema de freios travou) foi obrigado a parar no acostamento; consta também que após a chegada de um guincho para prestar-lhe socorro seguiu as orientações transmitidas pelo funcionário da ré (ele soltou as lonas do freio traseiro e disse para voltar a conduzir o veículo até o seu destino, com a ressalva de que os freios dianteiros resolveriam eventual problema), mas com isso veio a bater na traseira do guincho que estava à sua frente.

Todavia, o autor não coligiu um dado sequer que confirmasse sua explicação, além de não demonstrar interesse no aprofundamento da dilação probatória (fls. 56 e 92).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Como se não bastasse, a testemunha Adilson Natalino Simões asseverou que em momento algum deu ao autor a orientação que ele relatou, atribuindo ao mesmo a responsabilidade exclusiva pelo acidente ao iniciar a trajetória do caminhão sem que houvesse motivo para tanto.

Já a testemunha Renner Ribeiro Pereira, embora não tenha presenciado o momento exato do evento, esclareceu que pelo que ouviu a conduta do autor foi efetivamente imotivada.

O quadro delineado denota que o autor não se desincumbiu do ônus de demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, nada amealhando para dar amparo à dinâmica que descreveu a fl. 01.

Inexiste base minimamente sólida par levar à ideia de que a ré tivesse obrado com algum tipo de culpa e nesse contexto não se cogita de sua obrigação em indenizar o autor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 28 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**